**Sacralização do Medo: A Intersecção entre Religião e Política como Ferramenta de Controle Social**

O debate sobre a relação entre religião e política é diverso e altamente controverso. No Ocidente, o conceito de separação entre Igreja e Estado é muitas vezes ligado ao Iluminismo europeu, um período marcado por uma crescente ênfase na razão, no individualismo e na liberdade de pensamento. No entanto, é possível observar que a ideia tem raízes mais profundas e é resultado de uma série de desenvolvimentos históricos e filosóficos que variam de acordo com diferentes contextos culturais e políticos.

Os filósofos do Iluminismo, como John Locke (1689), defendiam a tolerância religiosa e argumentavam que o Estado não deveria interferir em questões de fé pessoal. Locke influenciou fortemente o pensamento político subsequente, especialmente no que diz respeito à formulação da Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que proíbe a criação de leis que respeitem um estabelecimento religioso ou proíbam o livre exercício da religião.

Entretanto, não devemos esquecer que a ideia de separação também tem raízes em eventos como a Paz de Augsburgo (1555) e a Paz de Vestfália (1648), que estabeleceram acordos entre Estados europeus e reconheceram, até certo ponto, a liberdade religiosa. O famoso ditado *Cuius regio, eius religio* ("De quem é a região, é a religião") reflete essa tentativa inicial de separar a esfera política da influência direta da Igreja (TAYLOR, 2010).

Além disso, Taylor (2010) esclarece a complexa relação entre secularismo, religião e modernidade. O autor destaca que o secularismo não é apenas uma "subtração" de influências religiosas da vida pública, mas também um fenômeno que inclui múltiplas formas de crença e não crença coexistindo numa sociedade cada vez mais diversificada.

Da mesma forma, Asad (2021) também oferece uma perspectiva crítica ao secularismo. Asad desafia a noção de que o secularismo é uma evolução "natural" ou "universal", indicando que ele é um constructo cultural e histórico. Esta visão ressoa em contextos onde a separação entre religião e política é menos definida, como em muitos países islâmicos, onde a religião é um componente integral da identidade nacional e política.

Evidentemente, a separação busca evitar a imposição de crenças religiosas em questões públicas e vice-versa, mas essa distinção nem sempre é clara ou eficaz. Asad discorre ainda que o secularismo, como um projeto político, não é neutro e muitas vezes serve a agendas específicas, incluindo o controle de religiões não dominantes.

Nesse sentido, as Cruzadas são um exemplo paradigmático de como a religião pode ser instrumentalizada para fins políticos e militares. Esse fenômeno não é apenas um caso histórico, mas também uma forma de compreender como as complexidades e ambiguidades das interações entre religião e política são controversas. Dessa forma, é importante compreender como as Cruzadas não apenas foram uma "guerra santa", mas sim eventos com múltiplos fatores que tiveram implicações sociais, políticas e teológicas.

Um ponto de partida pertinente pode ser analisado através de Tyerman (2010). O autor esclarece que as Cruzadas foram impulsionadas não apenas por questões de fé, mas também por considerações materiais e políticas. As cruzadas proporcionaram um meio para a nobreza europeia adquirir terras e riquezas, ao mesmo tempo em que eram justificadas ideologicamente como uma forma de expansão do cristianismo. Portanto, a justificação religiosa serviu tanto para galvanizar o apoio popular quanto para legitimar um projeto que tinha aspectos marcadamente temporais e políticos.

As análises de Riley-Smith (2019) também elucidam essa realidade, o autor observa que o conceito de "cruzada" evoluiu ao longo do tempo, e o que começou como uma peregrinação armada tornou-se uma empresa com estruturas, leis e rituais específicos. Esse fator implica que o fervor religioso foi moldado e remoldado de acordo com os interesses políticos e as necessidades contextuais.

O olhar crítico de Edward Said (2007) também oferece um ângulo intrigante. Said argumenta que a forma como o Ocidente percebe o Oriente é muitas vezes impregnada de estereótipos e generalizações que servem para justificar a dominação política e cultural. No contexto das Cruzadas, essa perspectiva "orientalista" pode ter servido para desumanizar o "inimigo" muçulmano e, assim, justificar a guerra sob uma camada de retórica religiosa.

Assim, torna-se evidente que as Cruzadas não podem ser compreendidas unicamente como um fenômeno religioso ou político, mas como um entrelaçamento de ambos. A religião forneceu a linguagem e a estrutura ideológica para a mobilização, enquanto os objetivos políticos e materiais guiaram a execução e o desenvolvimento das campanhas. Esses fatos alertam contra qualquer tentativa de simplificar as relações entre religião e política, mostrando que estes campos são muitas vezes mutuamente constitutivos e modificados por forças históricas e contextuais específicas.

Um outro fenômeno que pode ser utilizado como exemplo para é o da Guerra de Canudos no Brasil do final do século XIX. A Guerra de Canudos foi um episódio que reuniu diversos elementos, como a figura carismática de Antônio Conselheiro, um Estado nascente que busca consolidar sua autoridade, e uma população majoritariamente pobre e excluída que encontra na figura do Conselheiro não apenas um líder espiritual, mas também um líder político e social (CUNHA, 2020).

Cunha (2020) é frequentemente evocado para interpretar Canudos. Embora o próprio da Cunha tenha inicialmente considerado o conflito como um confronto entre civilização e barbárie, sua visão se complexifica ao longo de seu trabalho. Ele acaba por captar a dimensão socioeconômica do conflito, lançando um olhar crítico ao Estado brasileiro da época. Para Cunha, Canudos era uma resistência ao abandono estatal, à miséria e à opressão, tanto quanto era um movimento impulsionado pelo fervor religioso.

Não obstante, uma leitura que se baseia apenas em Cunha pode ser insuficiente. Dessa forma, Queiroz (1965) discorre sobre os movimentos messiânicos brasileiros, incluindo Canudos, para a autora estes movimentos são respostas a um contexto social e político específico. Ainda, segundo ela, esses movimentos surgem como reações a transformações sociais que desestabilizam as formas tradicionais de vida e as substituem por uma ordem social mais complexa e desigual.

O filósofo italiano Antonio Gramsci (1999) oferece outra forma de entender Canudos. Embora Gramsci não tenha escrito sobre o episódio, seus conceitos de hegemonia e contra-hegemonia são úteis para interpretar como o discurso religioso foi mobilizado em oposição a um Estado percebido como ilegítimo ou opressivo. Nesse sentido, Antônio Conselheiro seria entendido como um contra-hegemônico, alguém que desafiou o discurso oficial e ofereceu uma alternativa baseada na religião, mas com implicações políticas claras.

Essa análise do conflito de Canudos permite revelar o caráter plural da interação entre religião e política. Não foi apenas um levante messiânico, nem simplesmente uma revolta contra a ordem estabelecida. Ao contrário, Canudos era um espaço onde diferentes formas de poder e sistemas de crença convergiam e colidiam. Este entrelaçamento de fatores sociais, políticos e religiosos impede uma compreensão simplista e unidimensional, demandando uma abordagem que considere as várias camadas de significado e influência que moldaram o conflito.

Mas ainda que não se possa reduzir a política e a religião, é evidente que ambas tiveram seus papéis no desenvolvimento de vários conflitos, não só Canudos e as Cruzadas. É evidente à complexidade do evento histórico em si, mas também é possível criar uma perspectiva sobre as potencialidades e limitações das formas como religião e política podem se articular, tanto no Brasil como em outros contextos.

É assim, que fenômenos mais recentes, como figuras como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil podem ser compreendidas, já que estes são dois políticos conhecidos por sua abordagem político-religiosa. Essa realidade no cenário político ilustra um fenômeno global de mobilização política que incorpora tais elementos religiosos e moralistas para consolidar poder. Esse fenômeno não é novo, mas as configurações contemporâneas nos EUA e no Brasil fomentam cenários onde se é possível compreender a relação contemporânea da política de identidade e da religião como catalisadores para uma realidade específica.

Começando pelos Estados Unidos, Wuthnow (1988), analisa a maneira como o cenário religioso influenciou a política americana. Segundo Wuthnow, o envolvimento dos evangélicos na política não é apenas uma resposta a um declínio moral percebido, mas também um reflexo de mudanças demográficas e culturais que deslocaram o centro de poder religioso e, por extensão, político. Wuthnow destaca como as congregações evangélicas, sobretudo no cinturão da Bíblia, tornaram-se um poderoso bloco eleitoral que os políticos não podem ignorar.

Em relação ao Brasil, Almeida (2023) destaca que, ao contrário do evangelicalismo americano, a ascensão dos evangélicos na política brasileira ocorre num contexto em que a Igreja Católica ainda é dominante. No entanto, esses evangélicos não estão apenas contestando a hegemonia católica, mas também se envolvendo ativamente na política. O pentecostalismo brasileiro se tornou uma plataforma para o empoderamento político e social de comunidades frequentemente marginalizadas, ainda que essa ascensão esteja permeada de contradições e tensões internas.

A teórica política Mouffe (2005) fornece uma visão útil para compreender esses fenômenos. Mouffe argumenta que a política é o domínio do "conflito ontológico", onde diferentes visões de mundo colidem. Neste sentido, tanto Trump quanto Bolsonaro utilizam a religião como uma forma de simplificar esse conflito, criando uma divisão clara entre "nós" e "eles". Este é um exemplo da lógica do "amigo-inimigo" de Carl Schmitt (1996), onde a política é reduzida a identidades antagônicas, simplificando complexidades e silenciando dissidências.

Assim, é possível observar que tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a religião não é apenas um fator "externo" que influencia a política, mas está intrinsecamente entrelaçada com as estruturas de poder e os processos de formação da identidade. Esse entrelaçamento é mediado por contextos nacionais, históricos e culturais, que moldam as maneiras como os discursos religiosos são apropriados e politizados.

Além disso, o fenômeno do uso da religião para a vitimização e como uma ferramenta de medo é parte de uma longa tradição de instrumentalização do divino em nome de objetivos terrenos. Agamben, (2004) examina como estruturas legais e religiosas podem ser subvertidas para criar um ambiente onde o direito é suspenso em nome da "ordem". No contexto da Ku Klux Klan, por exemplo, é possível observar a adoção de rituais pseudo-religiosos e simbologia cristã não como um ato de fé, mas como um disfarce para o terror racial e político.

Talvez o caso mais conhecido de uso do medo para manipulação política seja o conceito de "demagogia do medo", explorado por Glassner. O autor mostra como o medo é usado para direcionar a atenção pública e moldar o discurso político, frequentemente em alinhamento com objetivos específicos, tais como discriminação racial ou controle social. Em uma chave similar, o filósofo Žižek, (2015), analisa como a política do medo é usada para manter estruturas de poder e justificar exceções à lei e aos direitos humanos.

Na mesma linha de Žižek está o trabalho de Kristeva (1994), no qual ela desdobra como o "outro" é frequentemente concebido como uma ameaça existencial, o que reforça uma lógica binária do "nós contra eles". É neste terreno que se situa a instrumentalização do medo e da religião, explorado por Žižek, pois oferece um mecanismo para consolidar identidades ao definir quem está "dentro" e quem está "fora", quem é "salvo" e quem é "perdido".

O discurso do "nós contra eles" está não apenas no âmago da retórica política contemporânea, mas também entrelaçado com narrativas religiosas que afirmam uma verdade única e incontestável. Tal discurso é uma arma de dois gumes: eficaz na mobilização de uma base de apoio, mas perigoso em seu potencial para incitar ódio e violência.

Vale ressaltar que essa instrumentalização do medo e da religião não é privilégio de um único espectro político. Como Arendt aponta (1998), tanto regimes de esquerda quanto de direita recorreram a táticas similares para galvanizar o apoio e marginalizar os opositores.

Portanto, a intersecção entre religião e política é marcada por ambiguidades e complexidades. O uso estratégico da religião em contextos políticos não é novo, mas suas formas e impactos variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas. A análise crítica dessas interações exige um entendimento matizado que considere os contextos históricos, sociais e políticos nos quais elas ocorrem.

**Referências**

ABEL, O. Igrejas e Estado. **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 63, p. 195–206, 2012.

ALMEIDA, Ronaldo. **A Universalização do Reino de Deus**. 1996. 127f Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1583622. Acesso em: 2 out. 2023.

AGAMBEN, Giorgio. ​**Estado de Exceção**​. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ASAD, Talal. **Formações do Secular: Cristianismo, Islã, Modernidade**. Editora Unifesp, 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. BOD GmbH DE, 2020.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. FRANCIS, São Paulo, SP, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rocco, 1994.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Traduzido por Pablo Sanges Ghuetti. In: **Revista de Sociologia e Política**: dossiê. Democracias e Autoritarismos, n.25, Curitiba: UFPR, Nov/2005, p. 11-23.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 1965.

RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas:** Uma História. Ecclesiae, Campinas, SP, 2019.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, 2007.

SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. São Paulo: Scritta, trad. Inês Lobbauer, 1996.

TATLO, Charles. **Uma Era Secular**. Unisinos, São Leopoldo, RS, 2010.

TYERMAN, Christopher. **A Guerra de Deus:** Uma nova História das Cruzadas. Rio de Janeiro, Imago, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas**. Boitempo Editorial, 2015.

WUTHNOW, Robert. **The Restructuring of American Religion:** Society and Faith Since World War II. Princeton University Press, 1988.